

Cursos sucumbem às interferências

Um curso à distância bem planejado, com material adequado, de nada vale se não tiver transmissão nítida e bom alcance pelo rádio ou pela televisão. Por outro lado, uma boa transmissão em nada contribui para um programa mal formulado ou que fica sem verbas que garantam a manutenção de sua qualidade. Na incapacidade de se conciliarem esses requisitos, alguns projetos educativos foram sacrificados no país, ao longo das décadas.

O Projeto Minerva, por exemplo, criado em 1970, ficou dez anos no ar e foi tema de diversas teses de mestrado e doutorado que consideraram positivo seus resultados, mas entrou em declínio quando o governo federal decidiu tirar-lhe a prioridade na concessão de verbas. O material didático impresso, que era distribuído gratuitamente aos alunos, passou a ser cobrado — motivo suficiente para que o número de interessados fosse caindo, até chegar ao fim, no início dos anos 80.

Se a qualidade está garantida, esbarra-se num outro problema: o alcance limitado das rede de tevê educativa. A TVE só atinge 1.300 dos quatro mil municípios do país. Por isso, as metas de público a ser alcançado com cada programa são, de antemão, modestas. Dos cursos que estão em elaboração na Fundação Roquete Pinto, o de alfabetizadores de crianças pretende alcançar um público de três mil professores em todo o país; para o de habilitação de educadores leigos, a meta é atingir 5 mil pessoas, numa primeira etapa, para então se chegar a 30 mil — um número bem inferior às centenas de milhares de leigos que dão aulas.

No caso do Projeto Minerva, o patamar de 600 mil alunos de 5^a a 8^a série, formados em dez anos, é considerado um número alto. Se os programas eram bons, como o de alfabetização *João da Silva*, também da década de 70, que che-

gou a receber um prêmio no Japão, poucas pessoas se beneficiavam deles.

Sem investimentos dos governos para se conseguir um alcance maior das televisões educativas, os programas pouco puderam contar com as emissoras privadas que sempre reservaram horários quase inacessíveis (entre seis e sete da manhã) para veicular a programação. Em tese de mestrado sobre a avaliação do planejamento do Projeto Minerva, a educadora Marilu Mata, da PUC-RJ, constatou que as emissoras privadas de rádio reagiam à obrigatoriedade da transmissão dos programas educativos diminuindo a potência do som, sob a alegação de economia. A transmissão saía ruim, tornando-se monótona para o ouvinte. Com isso, os monitores que ficavam de plantão nos chamados radiopostos, em vez de apenas darem orientação aos alunos ouvintes, acabavam tendo que dar aulas inteiras. (E.B.)